

Jesus Cristo, Filho de Deus, Salvador

1700º aniversário do Concílio Ecuménico
de Niceia - 325-2025

Com gratidão e alegria, no dia 20 de maio de 2025, a Igreja Católica e todo o mundo cristão recordam a abertura do Concílio de Niceia em 325: “O Concílio de Niceia é um marco miliário na história da Igreja. O aniversário da sua realização convida os cristãos a unirem-se no louvor e agradecimento à Santíssima Trindade e, em particular, a Jesus Cristo, o Filho de Deus, ‘consubstancial ao Pai’, que nos revelou este mistério de amor”.

A luz que a assembleia de Niceia lançou sobre a revelação cristã permite-nos descobrir uma riqueza inesgotável que continua a aprofundar-se ao longo dos séculos e através das culturas, e a manifestar-se de formas cada vez mais belas e novas.

O Concílio de Niceia foi o primeiro concílio dito “Ecumênico”, porque, pela primeira vez, foram convidados os bispos de toda a *Oikoumenē*. Suas decisões pretendiam, portanto, ser ecumênicas, ou seja, de âmbito universal. E, como tal, foram recebidas pelos cristãos e pela tradição

cristã, no decurso de um longo e laborioso processo. As implicações eclesiológicas são cruciais. O Símbolo insere-se no processo de adoção progressiva, pelo ensino cristão, da língua e do pensamento gregos, por assim dizer transfigurados pelo contato com a Revelação.

Antes de prosseguir, é necessário fazer um esclarecimento. O presente documento se baseia no Símbolo niceno-constantinopolitano (381) e não, a rigor, no que foi composto em Niceia (325). De fato, foram necessários cerca de cinquenta anos para a aceitação do vocabulário do Símbolo de Niceia e para se chegar a um acordo sobre o alcance universal do primeiro Concílio. O processo de aceitação do Símbolo niceno continuou durante o conflito com os Pneumatómacos entre Nicéia e Constantinopla, introduzindo algumas mudanças textuais significativas, particularmente no terceiro artigo. No entanto, na opinião dos Padres, este processo, que culminou no Símbolo niceno-constantinopolitano, não envolveu qualquer alteração da fé nicena, mas a sua autêntica preservação. Neste sentido, o preâmbulo da definição dogmática de Calcedônia, que foi precedido pela transcrição do Símbolo de Niceia e do Símbolo de Niceia-Constantinopla, “confirma” o que foi dito no símbolo dos “150 Padres” (Constantinopla), uma vez que o seu significado reside, em seus próprios termos, na especificação do que diz respeito ao Espírito Santo contra os que negam o seu senhorio.

A magnitude do que aconteceu em Niceia se evidencia na proibição, estabelecida pelo Concílio de Éfeso (431), de se promulgar qualquer outra fórmula de fé. Isto porque, após Niceia, os defensores da ortodoxia consideraram que o discernimento expresso no Símbolo niceno era suficiente para garantir a fé da Igreja para sempre. Atanásio, por exemplo, disse de Niceia que ela é “a palavra de Deus que permanece para sempre” (Is 40,8). Este processo de Tradição viva e normativa continuou, entre os séculos IV e IX, com a sua adoção nas liturgias batismais, sobretudo no Oriente, e depois nas liturgias eucarísticas. Note-se que o *Filioque*, que se encontra nas atuais versões ocidentais do Credo, não faz parte do texto original do Credo niceno-constantinopolitano. Este ponto

continua a ser objeto de mal-entendidos entre confissões cristãs, e, a respeito dele, o diálogo entre o Oriente e o Ocidente continua ainda hoje.

Assim, no primeiro capítulo, é proposta uma leitura doxológica do Símbolo, a fim de extrair seus recursos soteriológicos e, portanto, cristológicos, trinitários e antropológicos. Isto oportuniza sublinhar seu significado e receber dele um novo impulso para a unidade dos cristãos. Mas, acolher a riqueza do Concílio de Niceia, 1700 anos depois, leva também a perceber como o Concílio alimenta e orienta a vida cristã quotidiana: num segundo capítulo, de conteúdo patrístico, explora-se como a vida litúrgica e a vida de oração foram fecundadas na Igreja por esse Concílio. Nicéia foi um ponto de viragem tão grande na história do cristianismo que, no terceiro capítulo, se procura ver como o Símbolo e o Concílio testemunham o evento do próprio Jesus Cristo, cuja irrupção na história oferece um acesso sem precedentes a Deus e introduz uma transformação do pensamento humano, ou seja, é um evento de Sabedoria. O Símbolo e o Concílio testemunham também uma novidade na maneira como a Igreja de Cristo se estrutura e realiza a sua missão: constituem um evento eclesial. Por fim, no quarto capítulo, são analisadas as condições de credibilidade da fé professada em Niceia, num passo de teologia fundamental, a fim de fazer emergir a natureza e a identidade da Igreja enquanto, pelo Magistério, é autêntica intérprete da verdade normativa da fé, guardiã dos crentes, sobretudo dos mais pequenos e vulneráveis.

Não se acende uma lâmpada para colocá-la debaixo da caixa, e sim sobre o candeeiro, onde ela brilha para todos os que estão na casa" (Mt 5,15). Esta luz é Cristo, "a luz da luz". Maravilharmo-nos com ela é também encontrar no Espírito Santo um novo impulso para apresentar esta boa nova com mais vigor e criatividade. Esta luz ilumina vivamente nosso tempo, marcado pela violência e pela injustiça, cheio de incertezas, que mantém uma relação complexa com a verdade, no qual a fé e a pertença à Igreja parecem ameaçadas. A luz é tanto mais viva e radiante quanto mais for partilhada por todos os cristãos, que podem

confessar a sua fé na mesma *martyria*, no mesmo testemunho, para ajudar a atrair os homens e as mulheres de hoje a Jesus Cristo, Filho de Deus e Salvador:

Para nós, o essencial, o mais belo, o mais atraente e, ao mesmo tempo, o mais necessário é a fé em Cristo Jesus. Todos juntos, se Deus quiser, renová-la-emos solenemente durante o próximo Jubileu e cada um de nós é chamado a anunciar-a a todos os homens e mulheres da terra. Nisto consiste a tarefa fundamental da Igreja.